



Campanha Salarial

Assembleia do dia 06/03 decreta: Vigilantes do DF não vão recuar. A greve continua!



SINDESV-DF

A cada dia a greve dos vigilantes do DF fica mais forte, assim como a indignação e a revolta contra a intransigência patronal.

A categoria novamente aprovou por unanimidade pela continuidade da greve e está marcada

Assembleia Geral

**nesta quarta feira 07/Março, às 15 horas
na Rampa dos Vigilantes, Conic**

É fundamental que todos e todas compareçam para realizarmos uma

assembleia gigantesca e que demonstre o tamanho da nossa união, mobilização e disposição de luta.

Firmes, fortes, dignos e combativos rumo à vitória.

Fonte: Sindesv-DF

Por que os empresários negam o que os vigilantes necessitam?

* Chico Vigilante



Após vários dias com agências bancárias fechadas, postos do INSS, parques, zoológico, Torre de TV, e hospitais com visitas prejudicadas por falta de segurança, a população de Brasília deve estar se perguntando:

Por que os vigilantes estão em greve e por que suas reivindicações não são atendidas pelos empresários do setor. Serão assim tão difíceis?

Claro que não. Nem difíceis, nem impossíveis, se até 2017 eram contidas em convenções de trabalho consensuais entre patrões e empregados.

Os vigilantes do Distrito Federal estão em greve há seis dias porque querem ser tratados com dignidade e respeito humano.

Basta que a direção do sindicato patronal se preocupe com o bem-estar da população de Brasília e não apenas com o lucro dos empresários.

Na verdade querem implantar de uma só vez toda a nefasta reforma trabalhista de Temer nas costas dos vigilantes.

A intransigência é uma constante.

Desde os últimos meses de 2017 as empresas de vigilância que venceram a licitação do GDF já iniciaram descumprindo regras dos contratos assinados, além de lei de minha autoria que garante a recontração dos vigilantes antigos pelas novas que entrarem.

Demitiram, transferiram vigilantes para postos a 100 kms de sua casa. O intuito era

humilhá-los para que pedissem demissão.

Vencida a convenção de 2017 partimos para negociar a de 2018, como fazemos há 36 anos.

O presidente do sindicato patronal de vigilância do DF, da empresa Multiservice, e a empresa Brasfort resolveram retirar direitos dos trabalhadores de forma agressiva e inesperada.

Na segunda a Brasfort entregou o contracheque sem o pagamento do plano de saúde dos vigilantes e sem o desconto da contribuição do vigilante ao sindicato da categoria até então descontada do trabalhador e repassada diretamente ao sindicato.

São duas medidas que escancaram a crueldade e a inspiração fascista dos empresários da vigilância: cortar direitos de tratamento médico e tentativa premeditada de destruição do sindicato dos vigilantes ao forçar a diminuição de sua arrecadação

Na última jornada de negociações tentamos de tudo, intermediação da Justiça, do GDF, dos tomadores de serviços. Tratei da questão com o governador Rollemberg, com os presidentes do Banco do Brasil, PauloTafarelli e do BRB, Vasco Cunha.

Meu recado foi: ou os tomadores de serviço entram nas negociações para montar uma proposta de consenso ou a greve não acaba.



Após assembleias diárias cada vez maiores propusemos na segunda-feira que se transcreva a decisão judicial de 2017, aplique o mesmo índice de aumento dado à categoria de asseio e conservação, que foi de 3,1%, e mantenha-se o plano de saúde e o ticket alimentação, (que os empresários insistem em mudar para cesta básica).

Os empresários continuaram intransigentes. Não ofereceram nada. A greve, portanto, continua.

Confesso que depois de mais três décadas de luta pelos vigilantes ainda me emociono quando vejo uma assembleia como a que vi na noite de segunda-feira, no Conic, após seis dias em greve.

Uma categoria unida e consciente que não aceita em hipótese alguma que lhe roubem direitos conquistados com suor e sangue de anos de luta.

Só me entristeço pela população do DF de ter empresário deputado ganancioso e sem escrúpulo que obriga o trabalhador a votar nele para explorar ainda mais.

Chico Vigilante é deputado distrital e diretor da Confederação Nacional dos Vigilantes

Greve dos vigilantes: Luta e resistência para garantir direitos no Rio Grande do Norte



Vigilantes lotaram auditório do Sindicato dos Bancários para nova assembleia

A Greve dos Vigilantes patrimoniais do RN completou 9 dias nesta terça-feira (06/03) esbanjando coragem e muita determinação. Resistência é uma das muitas qualidades dessa batalha incansável.

A indignação devido ao desrespeito dos patrões só elevou a capacidade da categoria de persistir na greve até que sejam garantidos todos os direitos conquistados na Convenção Coletiva de Trabalho.

Depois de mais um dia de luta os(as) vigilantes voltaram a lotar o auditório do Sindicato dos Bancários para nova assembleia de avaliação. Ao invés do desânimo, cada fala expressava a disposição de sempre para lutar.

O coordenador geral do Sindsecur, Pablo Henrique, informou que o Ministério Público do Trabalho já está encaminhando o pedido do sindicato para mediar as negociações com os patrões. O Procurador do Trabalho José de Lima Ramos Pereira será o responsável pela mediação. Além disso, nesta quarta-feira, dia 7, a diretoria do Sindsecur se reunirá com

representantes do Sindicato das Empresas de Segurança Privada – Sindesp/RN, na cidade de João Pessoa (PB).

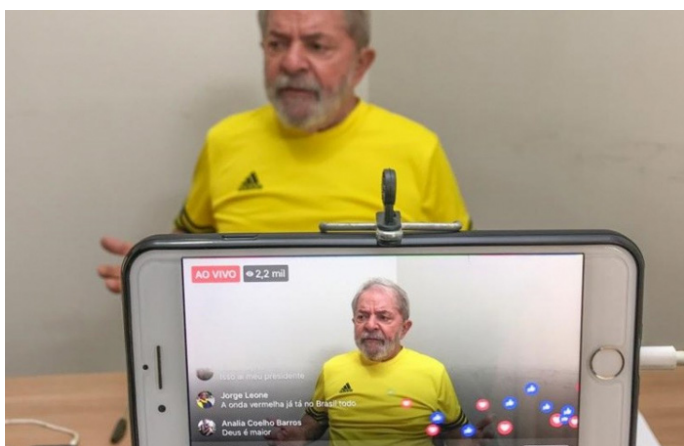
O representante da CSP-Conlutas, Dário Barbosa, afirmou que é preciso se apoiar no outro para mostrar ao patronal que a greve que começou forte não vai fraquejar. “Temos que lutar, nada vai ficar na convenção se não lutarmos”, comentou.

Para o diretor do Sindicato dos Bancários, Juvêncio Hemetério, a intermediação do Ministério Público abre perspectivas de negociação. Ele também aponta a reunião com os patrões em João Pessoa como uma demonstração da força do movimento grevista.

O vereador Sandro Pimentel parabenizou a categoria afirmando que essa greve está sendo um grande aprendizado. “Nenhum trabalhador faz greve porque gosta. Greve não tem descanso, mas é uma importante estratégia de luta”. O vigilante Alexandre Bispo avaliou a greve como um momento em que os vigilantes demonstram sua força na luta contra a retirada dos direitos. Para ele a categoria precisa continuar atenta e mobilizada para fortalecer cada vez mais o movimento.

Deu o esperado: STJ nega habeas corpus ao ex-presidente Lula

Por unanimidade, ministros do STJ negam pedido de habeas corpus feito pela defesa de Lula para impedir prisão injusta. Em nota, PT diz que STJ não pode se omitir na defesa da Constituição



Em vídeo, Lula diz que será preso político caso a Justiça não reveja decisão

Com transmissão ao vivo pela primeira vez na história do tribunal, os ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negaram, nesta terça-feira (6), recurso do ex-presidente Lula contra a prisão injusta, baseada em delações não confirmadas no caso do tríplice do Guarujá (SP). Acompanham o voto contrário do relator ministro Felix Fischer, os ministros Jorge Murssi, Reynaldo Soares da Fonseca, Marcelo Navarro Ribeiro Dantas e Joel Ilan Paciornik. A votação final foi de 5 a 0.

Ao iniciar o julgamento de concessão de liminar (decisão provisória) apresentado pela defesa de Lula, o ministro Felix Fischer, relator do pedido de habeas corpus, citou decisão liminar do presidente em exercício do STJ, ministro Humberto Martins, que negou o mesmo recurso. Citou ainda casos de julgamentos do STF em que o princípio da presunção de inocência não inibiu a execução

da pena, mesmo que recursos ainda estivessem pendentes.

O ministro Jorge Murssi que acompanhou o voto do relator e também negou o pedido de Lula, afirmou que não vê ilegalidade ou abuso de poder no início do cumprimento da pena.

Par a ele, não há “risco concreto à liberdade de locomoção” porque o esgotamento da fase de recursos na segunda instância ainda não ocorreu. Foram nas mesmas linhas de raciocínio os ministros Reynaldo Soares da Fonseca, Marcelo Navarro Ribeiro Dantas e Joel Ilan Paciornik.

Para a jurista Tânia Mandarino, a decisão unânime tomada pelo STJ “reflete o ‘apequenamento’ das cortes superiores brasileiras, que se acovardam na defesa do sagrado princípio constitucional da presunção de inocência”.

Segundo ela, o argumento de que Lula não corre risco de privação de liberdade antes do julgamento dos embargos no TRF4 é sintoma do que costuma chamar de ‘pilaticização do poder judiciário’.

“Eles protegem os que representam os ricos e, quando o assunto é a defesa do povo pobre, lavam as mãos em uma bacia de prata!”, diz Tânia, em referência à passagem bíblica do julgamento de Jesus pelo governador da província romana da Judeia, Pôncio Pilatos.

Sobre a frase de Murssi que disse “não se vislumbrar ilegalidade ou abuso de poder” no início do cumprimento da pena, Tânia diz que a posição do ministro “mostra o seu mais absoluto descompromisso com a defesa da Legislação e

da Constituição Federal, que assegura a todos o direito à presunção da inocência”.

Ou seja, todos são considerados inocentes até o trânsito em julgado de uma decisão condenatória. “Não vislumbrar ilegalidade no cumprimento antecipado da pena é se arvorar a legislador, derogando o princípio da presunção de inocência, em nítida usurpação de poder. A impressão é que não há mais freios e contrapesos! Isso fere de morte os princípios fundantes da República!”, concluiu Tânia.

Recurso no TRF4

A sentença do juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Criminal Federal de Curitiba, no caso do tríplex do Guarujá - de 9 anos e meio de prisão -, foi confirmada em segunda instância pelos desembargadores do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), que ampliaram a pena para 12 anos e meio de prisão.

A defesa de Lula aguarda o julgamento do pedido de embargos de declaração que protocolou na sede do TRF4 contra a decisão dos desembargadores que confirmaram a sentença de Moro. O julgamento desse recurso ainda não está marcado.

Leia a íntegra da Nota do PT:

STJ não pode se omitir na defesa da Constituição

Ao negar habeas corpus em favor do ex-presidente Lula, nesta terça (6/3), a 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) evidenciou que é urgente o Supremo Tribunal Federal (STF) julgar as ações que defendem o princípio constitucional da presunção de inocência. Ninguém, seja Lula ou qualquer outro cidadão brasileiro, pode ser privado da liberdade antes do trânsito em julgado na última instância.

A maioria do povo brasileiro sabe que Lula foi condenado sem provas, por Sergio Moro e pelo TRF-4, sem ter cometido nenhum crime, num processo político para impedir que ele seja candidato a presidente da República. Este fato,

como foi apontado na pesquisa CUT-Vox Populi da última semana, ainda será reconhecido num julgamento justo.

Os tribunais superiores terão de enfrentar as nulidades e ilegalidades do processo contra Lula na primeira instância e no TRF-4, pois Lula é inocente. Na decisão de hoje, no entanto, o STJ não analisou o mérito do processo. Apenas cumpriu um procedimento formal e repetiu um entendimento, sobre prisão de condenado em segunda instância, que contraria a Constituição.

É sobre isso que o Supremo Tribunal Federal tem a obrigação de se pronunciar urgentemente, em duas ações que estão prontas para julgamento. Estas ações não tratam do caso Lula, embora ele seja vítima do polêmico entendimento repetido pelo STJ. Trata-se de restabelecer plenamente um dos mais caros princípios constitucionais, que diz respeito a todos os cidadãos.

O STF tem a responsabilidade de decidir, à luz da Constituição e não da agenda política, sobre esta questão que tanta instabilidade vem criando para a ordem institucional e para a segurança jurídica do país.

Lula é o pré-candidato presidencial do PT e vamos lutar, em todas as instâncias, para garantir seu direito à liberdade e o direito do povo brasileiro de votar em quem melhor o representa.

Vamos continuar percorrendo o Brasil, em defesa da democracia, da soberania nacional e da construção de um país melhor e mais justo.

Gleisi Hoffmann, presidenta nacional do
Partido dos Trabalhadores
Lindbergh Farias, líder do PT no Senado
Federal
Paulo Pimenta, líder do PT na Câmara dos
Deputados

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Pricilla Abdelaziz

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF